

SUZANA GONÇALVES

ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE

---

SEPARATA DA REVISTA VERBUM  
TOMO XXVI — FASC. 1 — MARÇO DE 1969

---



UNIVERSIDADE CATÓLICA

RIO DE JANEIRO

1969

# ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE

SUZANA GONÇALVES

A crise que estamos vivendo traduz a confluência de problemas que não se restringem, em suas múltiplas implicações, a uma área determinada. Assumiu dimensões planetárias: a sociedade em crise manifesta, neste "turning point" da História, a crise da própria civilização.

A posição da Universidade, em face desta emergência, se vincula à relevante responsabilidade que lhe incumbe e à qual nunca faltou, nas etapas sucessivas da evolução da cultura, de que é marco fundamental.

Desde as instituições medievais, que se definiram como corporações de mestres e alunos, até as multiversidades americanas, extremamente variadas em sua composição e conflitantes em seus propósitos, a evolução da entidade, através dos séculos, acompanhou a marcha da História e se desenvolveu, numa série de variantes, incapazes de se sintetizar numa exclusiva definição. Sendo essencialmente dinâmica e para se conservar autêntica, cumpre-lhe traduzir o sentido e as aspirações de cada cultura e de cada momento dado.

Numa sociedade que se concebe como democrática e, portanto, como pluralista, as Universidades devem desempenhar, no mais alto nível, uma função ativa, ou seja, estarem aptas a exercer o exame crítico da sociedade a que pertencem. Esta atitude não implica conotações políticas. Coloca-se no plano estritamente científico, admitindo a mais ampla capacidade de perquirir, de opinar e discentir.

O que importa salientar é sua função instrumental: a Universidade é um instrumento da sociedade e compete-lhe uma missão eminente da inteligência.

Tôdas as vêzes que, ao longo de uma história de oito séculos, a instituição universitária entrou em decadência, foi porque se deixou esclerizar, decaindo ao nível de simples estabelecimento de ensino. Nas épocas, porém, em que a pesquisa infundiu ao conhecimento a sua dinâmica, atingiu ela o esplendor e a fecundidade indispensáveis. Pesquisa e ensino devem constituir uma unidade. Não para privilegiar a teoria, em detrimento da prática. Mas para criar um clima de reflexão, uma atitude criadora.

A autoridade de que se revestiu, desde os seus primórdios, foi a autoridade da verdade verificável, ratificada pelos métodos da lógica e da dialética e pelo método científico.

Enquanto casa da inteligência, deve recusar, como salientou Echevarria, tanto a posição enclausurada, quanto a atitude militante. Mas deve reivindicar, intransigentemente, a posição participante.

Neste sentido, o conceito de autonomia, que se vincula à sua essência, reveste-se de uma ressalva de decôro, ou seja, da recusa inarredável a qualquer gestão subreptícia ou declarada de grupos sociais, ideológicos ou partidários, para utilizá-la como instrumento de seus próprios fins. Pois o poder da Universidade é, antes que tudo, um poder moral. E as características que justificam suas prerrogativas só podem ser preservadas pelo respeito e fortalecimento dêste poder.

O mundo se tornou um só e a sociedade industrial supõe exigências comuns, tanto nos países desenvolvidos, quanto naqueles em vias de desenvolvimento. Mas, não obstante, uma universidade válida para uma área sócio-cultural específica não poderia jamais servir de protótipo para outro contexto.

Se o tipo de universidade existente em uma determinada região não corresponde às exigências do desenvolvimento, acalentadas pela sociedade a que deve servir, é preciso transformá-lo. Mas esta transformação só será possível, se realizada no quadro universitário, na plenitude da aplicação de seus atributos institucionais inalienáveis e dentro de um sentido de universidade inserida, ou seja, comprometida com o seu meio e sua época. Transplantar modelos é provocar inevitável rejeição. Da mesma forma que impor padrões é desatender às peculiaridades do meio.

O desenvolvimento é, em grande parte, o produto da transformação da vida social pela presença de um nível suficiente de capacidade científica e tecnológica. A grande revolução contemporânea é a revolução pela ciência. Assim sendo, as sociedades pré-científicas são destituídas de vigor e da capacidade de orientar o seu processo de desenvolvimento.

Mas não nos esqueçamos da advertência, infelizmente tão descuidada, de Ortega y Gasset, quando preveniu que o especialismo estava criando um nôvo "bárbaro", carente de cultura e desintegrado em sua unidade vital. Pois a função básica da universidade é a transmissão e a dinamização do acervo cultural da humanidade. A espécie humana, como asseverou Gusdorf, na luta pela vida, não luta apenas pela simples sobrevivência. Sua vocação própria consiste em reivindicar, além das necessidades da natureza, as exigências da cultura. As gerações se sucedem, os indivíduos nascem e morrem; mas as obras do pensamento e da sensibilidade humana, constituem, através do tempo, o mais nobre e significativo de todos os patrimônios e o maior testemunho que a humanidade possa legar, à posteridade, como manifestação de sua virtude criadora.

O ideal da conjugação do ensino e da pesquisa, visando a formação integral do homem, foi renovado por Humboldt. No entretanto, dentro da concepção filosófica idealista da escola de Fichte, restringiu-se à ciência pura, proscurendo a ciência aplicada do âmbito da Universidade.

A revolução científico-tecnológica veio modificar, inteiramente, a colocação do problema, emprestando orientação pragmática à formação universitária. Esta foi a principal contribuição americana, no século passado, a partir de 1862, pela Lei Merrill, que abriu aos Estados Unidos o caminho do progresso econômico e do poderio, a que ascendeu após o segundo conflito mundial.

Mas é preciso não descurar que as ciências humanas fazem parte de um conjunto de disciplinas científicas; e que a regressão em um setor representa a regressão nos demais. As ciências humanas têm por missão a pesquisa dos mecanismos de transformação da sociedade, os sistemas econômicos, os comportamentos, necessidades e aspirações do conjunto de valores, que constitui o "subtractum" da cultura de cada povo. Que significaria uma prospectiva que não se fundamentasse

sobre a evolução histórica, um planejamento que ignorasse a evolução das necessidades, um desenvolvimento que se preocupasse com os instrumentos mecânicos de produção, mas ignorasse os homens e suas aspirações?

Já em 1965, o Professor Chombart de Lowe, Diretor da Escola de Altos Estudos da Sorbonne, chamava a atenção para os perigos que ameaçavam a cultura francesa, em consequência da crise das ciências humanas.

Nossa época é uma época em que o progresso obnubila o homem e o torna vítima dos próprios recursos que deveriam servir à sua libertação. Pois, em última análise, o conceito de civilização é intrínseco ao de humanização. Se a técnica depende do homem em seu aperfeiçoamento, é preciso frisar que dêle também depende em sua aplicação. Porque, enquanto instrumento, está à mercê do verdadeiro sentido de seu uso.

O desrespeito das hierarquias naturais gerou a tragédia do homem contemporâneo, que se pode resumir na utilização invertida da fórmula de relação dos meios e dos fins. Em consequência disto, as Ciências da Natureza tornaram-se preponderantes sobre as Ciências do Espírito e o desenvolvimento vertiginoso daquelas se realizou, paralelamente, à atrofiação dessas. Ora, as Ciências do Espírito é que dizem respeito, estruturalmente, ao problema e à orientação da cultura. No momento em que o progresso tecnológico se apresenta perigosamente mais rápido que a evolução dos espíritos, é preciso lembrar que a cultura se realiza por um constante crescimento de nosso espaço vital interior e de nossas vias de relação com o mundo.

A visão científica do mundo, a própria mecanização do mundo moderno, exigem a necessidade de se acrescentar à teoria da realidade, uma teoria do valor.

A Ciência não exclui, mas se completa pela Sabedoria.

A dupla exigência de preparação profissional e de investigação científica constitui o objetivo imediato da universidade. Mas a sua maior finalidade deve consistir na procura da síntese que possa representar o fruto do equilíbrio entre a aplicação da ciência, que constitui a especialização, e o sentido do humanismo, que significa a universalidade.

Só assim será, realmente, a Universidade, dentro de sua missão educativa, criadora de cultura. Pois que a cultura, como

nos ensina Delos, consiste na transmissão de uma verdade em suas relações com as verdades conexas, dentro de uma mesma ciência e situando-a na hierarquia do saber. Por outras palavras, é a capacidade de distinguir as correlações das coisas e sua relatividade no conjunto do cosmos, de tal forma a estabelecer a interligação do saber, dentro das normas da ética geral humana.

A Universidade, como criadora de cultura, tem de levar em consideração o fato preliminar de que êste conceito adquiriu definição abrangente, ultrapassando, em sua dimensão, o simples dado individual. Não se restringe, portanto, ao aspecto relativo ao nível de conhecimento de indivíduos considerados singularmente. Como refere Rodolfo Mondolfo, "a cultura, em sua concepção moderna, representa o mundo das instituições e formas de vida social criadas pelo homem... como uma nova natureza, que se sobrepõe à ordem física; uma natureza espiritual que emana do homem e é conatural à existência humana".

A existência e a ação da universidade, por conseguinte, não se podem desvincular do meio social do qual participa: a criação da cultura não é tarefa exclusiva de nenhuma instituição isolada, mas da sociedade como um todo, dentro do qual as instituições vivem e atuam, supondo, conseqüentemente, interparticipação e cooperação recíproca. Se à universidade compete, essencialmente, uma missão de cultura, para realizá-la, necessita da colaboração do ambiente social de que faz parte. O esforço constante por conseguir tal colaboração constitui a ação política própria da universidade.

Mas, convém não esquecer que, se a sociedade reage sobre a educação, também a educação reage sobre a sociedade, como um dos processos mais eficazes de mudança de sua estrutura.

Neste sentido, a Universidade deve buscar ser a *consciência* da comunidade a que deve servir. E, para que possa ser um centro criador e irradiador de cultura, deve ser uma universidade autêntica. E ser autêntica é estar inserida. Não lhe cabe, apenas, um tipo de adaptação passiva. Mas um sentido dinâmico, de tal sorte que, informando e formando consciências, seja capaz de se definir como uma instituição participante, ao aceitar os problemas contemporâneos como temas rigorosos de consideração científica, para elucidá-los e resolvê-los, numa perspectiva realmente universitária.

O compromisso com a Verdade, em seu tríplice aspecto de investigação, de transmissão e de aplicação — no plano de pesquisa, do ensino e da prestação de serviços — que parece traduzir, em seu esquema estrutural, a finalidade da Universidade contemporânea, se subordina à compreensão de que as áreas do saber se devem colocar numa hierarquia ontológica e valorativa, estabelecida a sua interdependência.

Neste sentido, impõe-se a preeminência das disciplinas de síntese, cada vez mais realçadas por uma concepção orgânica de Universidade, que recusa o modelo eclético e singelamente profissionalizante, destituído de perspectiva histórica e de capacidade de formação para a responsabilidade e o compromisso.

A propósito, conviria citar dois depoimentos da mais elevada autoridade:

Diz a UNESCO: “A divisão de Filosofia tem a missão precípua de se voltar para a reflexão dos valores, promovendo pesquisas interdisciplinares. Em seu programa, deve sobretudo constar um projeto de indiscutível importância: a integração da ciência à cultura, que supõe, notadamente, o estudo filosófico da história da ciência. De outra parte, esta divisão deve promover a grande investigação sobre as tendências da pesquisa nas ciências humanas”.

Diz a Conferência de Buga: “Urge a necessidade de um estudo científico da Teologia, não somente a partir de seus métodos próprios, mas também ainda com o auxílio da história, da ciência, da filosofia, da filologia etc. Em outras palavras, êste estudo deve ser interdisciplinar. Tudo isto supõe um autêntico espírito de liberdade. A contribuição original da Teologia não suprime nem diminui a importância das outras disciplinas do saber. Pelo contrário, enriquecendo-as, ilumina-as mais profundamente, englobando-as numa visão de conjunto. Tanto a Teologia, quanto as demais ciências, em sua reflexão própria e no diálogo que instituem entre si, devem considerar a problemática peculiar da América Latina, para melhor oferecer seus serviços ao desenvolvimento integral do continente”.

de Energia Atômica de Saclay, o diploma de engenheiro nuclear só tem validade para um prazo de cinco anos, exigindo "recyclage" e sucesso em novos exames, por parte de seu portador.

O ensino continuado é tema que vem adquirindo crescente atenção, em nossos dias.

A acentuação das mudanças culturais implica uma intensificação da educação comunitária, de tal sorte a permitir a adequação dos comportamentos às estruturas sociais correspondentes à nova escala de valores e à especificação dos princípios éticos, no plano da inter-responsabilidade social.

Por outra parte, a velocidade das transformações tecnológicas supõe um sistema de transferência de uma categoria ocupacional para outra, que não se restringe aos estágios iniciais, mas abrange, como processo, todo o conjunto da população, sob pena de se tornarem, progressivamente, obsoletas as categorias médias e finais.

O problema não se limita ao simples aspecto, no que tange à formação e qualificação de quadros para o desenvolvimento econômico. Diz respeito a implicações relativas ao comportamento geral, de tal sorte a se evitarem acentuados desajustes intergrupais, por força de defasagem: pais arcaicos, filhos avançados, por exemplo. Esta é, possivelmente, uma das causas da incomunicabilidade e do conflito entre as gerações, cuja evidência indiscutível não deve ser elidida.

Em conseqüência, a passagem de um estágio para outro tem de ser global e êste é o aspecto mais caracteristicamente sócio-cultural, em tôdas as suas implicações, do chamado ensino continuado.

Estas considerações nos levam à inferência de que jamais, ao longo da História, foi conferida à instituição universitária uma tamanha soma de responsabilidades e a função correlata de orientar, numa direção ou noutra, o sentido das transformações necessárias da civilização. Por sua própria natureza e, comprovadamente, ao correr de suas evoluções sucessivas, demonstraram as universidades serem instituições flexíveis, dotadas de alta capacidade de adequação às necessidades e mudanças sociais, suscetíveis de cumprir, em plenitude e em cada circunstância dada, a missão que lhes compete.

Em nenhum país, na hora presente, se encontram resguardadas de contestação. A crise, em que foram submergidas, é uma crise universal, adquirindo conotações peculiares em cada região determinada e manifestando-se de múltiplas maneiras, pois que as causas que as geraram se prendem a estágios diversos e diferentes tipos de sociedades.

Por isto mesmo, de acôrdo com a peculiaridade de cada circunstância, novamente, as universidades foram chamadas a se transformar.

Analisando o problema, numa perspectiva global, o Professor Orestes Popescu constata que os sólidos galhos da ciência universal, partindo do tronco das ciências gerais, ou seja, da lógica e da matemática, desenvolveram dois ramos poderosos: as ciências naturais e as ciências humanas que, por sua vez, se diversificaram em numerosas disciplinas especializadas. A extraordinária proliferação da árvore da ciência impôs uma subdivisão de tarefas, provocando um grave problema estrutural para a universidade, por sua natureza e função, guardiã do sistema das ciências, o qual se fundamenta sôbre o princípio de unidade e hierarquia.

Para resolver o dilema da divisão horizontal e vertical, a universidade, na Idade Média, pronunciou-se pela escolha do denominado "globus scientiarum". O que resultou em concentrar o seu interêsse na base da pirâmide da ciência, abrangendo a teologia, a filosofia, a história, a matemática, a biologia, a física, as artes e as línguas clássicas.

Mas, a partir da História Moderna, assume outra direção, com uma estrutura caracterizadamente vertical, diversificando as suas funções por áreas de conhecimento, a partir de uma disciplina tomada isoladamente. Constitui-se progressivamente, assim, a universidade pragmática, cuja finalidade precípua é a formação de especialistas e profissionais, com vistas ao desenvolvimento econômico, qualificados para funcionar como peças da imensa engrenagem industrial da produção.

A grave crise da sociedade contemporânea é o fruto da terrível deformação da cultura, gerada por êste tipo de concepção unilateral da universidade moderna. Hutchins, corajosamente, a denunciou, repudiando o que denomina "an exaltation of manpower over mankind", que conduz, a seu ver, a um processo inumano e antiumano de educação.

Já Bergson se inquietava pela constatação de que, em nosso século, “a elite intelectual se caracteriza por uma inata incapacidade de compreender a vida”, o que o levou a aduzir que “a ciência, como a humanidade, sofrem, no presente instante, da maldição de Babel”.

A solução só poderá ser encontrada pelo cruzamento e a síntese da estrutura vertical com a estrutura horizontal, de tal sorte a se estabelecer uma hierarquia de valores, em que, às disciplinas culturais, seja restituída a sua preemiência.

Nesta definição de hierarquia, os objetivos do desenvolvimento econômico e social terão que ser entendidos como instrumento a serviço da cultura.

Há mais de dois mil anos, recebemos da Grécia um legado da mais alta dignidade, emprestando à educação um sentido simultaneamente intelectual e ético, concebendo-a como um processo integral, visando permitir ao homem o pleno desenvolvimento de suas virtualidades. Esta tradição não foi descurada, senão iluminada e vivificada pelos valores cristãos.

Por isto, dizia JOÃO XXIII, na admirável “Pacem in Terris”: “Competência científica, capacidade técnica e experiência profissional não são por si mesmas suficientes para elevar a sociedade a uma ordem genuinamente humana. É necessário que os homens sejam capazes de criar a síntese entre os elementos científico-técnicos-profissionais e os valores espirituais”.

O Diretor da UNESCO, RENÉ MAHEU, chamava a atenção em 1964, na Conferência da Argélia, para o fato de que há uma crescente afinidade entre a ordem universitária e a ordem social. Num certo sentido, afirma êle, as universidades tendem a criar as sociedades modernas à sua própria imagem. Cada país deve inventar as suas próprias soluções e não há tarefa mais urgente do que a de repensar métodos e problemas, em função da especificidade de cada circunstância. Por isto, os imperativos culturais devem ser considerados determinantes, reduzindo-se a elementos condicionantes os aspectos científicos e tecnológicos. “Pois tôda alienação política é primordialmente, uma alienação cultural, quer seja ela consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntária”.

A crítica do conteúdo pelo qual o mundo se representa na cultura e ganha a sua dimensão subjetiva tem enorme impor-

tância para os países em desenvolvimento. Pois quando se coloca o problema de uma cultura, se estabelece o confronto desta cultura com uma determinada situação histórica.

Reduzindo as múltiplas implicações do problema, desejaria, desde já, perguntar, em que sentido a temática de uma cultura brasileira deverá receber a herança ocidental, que é o seu sedimento de tradição, numa atitude crítica, capaz de fecundá-la, para incorporá-la, autenticamente, à sua definição?

A inautenticidade do passado cultural brasileiro, bem como, numa ótica extensiva, a do passado cultural latino-americano, se manifesta pela ausência de um diálogo, que se sucedesse no tempo e repercutisse no espaço. A falta de experiência cultural entre as gerações encontra equivalência e implicações na incapacidade de nossas universidades saírem da posição reflexa, para transmitirem autênticas visões do pensamento.

A conseqüência desta circunstância é a incompreensão da função reitora da universidade e a incapacidade resultante da formulação de um projeto de definição nacional.

Possuir uma verdadeira universidade é a verdadeira condição de libertação de um povo.

A distinção fundamental entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, antes de se vincular a qualquer tecnicismo meramente econômico, supõe a presença ou ausência de elementos humanos capazes de formular idéias precisas e de exercer, com energia, a sua vontade. Estes elementos se formam nas universidades.

A problemática dos países latino-americanos só poderá ser resolvida quando, a partir das universidades, os temas candentes que estão na consciência de nossos povos possam encontrar as suas justas e originais soluções. A mudança de mentalidade deve ser, portanto, o principal objetivo da universidade latino-americana. Só através desse processo pode tornar-se fecunda a sua presença na sociedade em crise, que marca de sinal explosivo e de conotações perigosamente emocionais as transformações latentes em que está imergida e que tenderão a estados caóticos, se não forem conduzidas pela força da vontade a serviço da inteligência, tomada a inteligência em sua plena acepção de princípio ordenador.

A estrutura social da América Latina permaneceu praticamente intacta, desde a Independência até as primeiras dé-

cadras do corrente século. Só a partir da Primeira Grande Guerra, alguns indícios começam a aflorar, denotando perspectivas possíveis de modificações futuras. O impacto do segundo conflito mundial traria, como conseqüência, a aceleração do processo. Sobretudo porque, em conseqüência do prodigioso desenvolvimento dos meios de comunicação, o mundo se tornou um só. Este fenômeno não apenas levou, indistintamente, as nações à participação em problemas comuns, mas principalmente, abriu a informação e o conhecimento de valores e realidades a todos os povos. Tornou, portanto, também comuns as suas aspirações.

A estrutura feudal dos povos latino-americanos, simples produtores e exportadores de bens primários, era uma estrutura estática e monolítica. Ao ensino superior, competia a preparação da elite dirigente, o que permitia, no exercício e provimento das funções políticas de comando, a manutenção do poder dos elementos pertencentes a um determinado estamento social. A monocultura se manteve por fôrça de privilégios. E são êsses privilégios que, no plano social e institucional, criaram situações de disparidades, que não se exprimem, apenas, pela forte estratificação da sociedade, mas, também, pelos ínfimos índices da renda per capita e pelas alarmantes taxas de mortalidade e analfabetismo.

A universidade que traduz êste contexto é uma universidade estruturada em tórno de faculdades isoladas, caracterizando-se como uma "universidade de elite" voltada para o saber **erudito**. Sob êste aspecto, o problema da formação profissional se manifesta desvinculado da realidade, insistindo no abuso de **um** tradicionalismo estéril, sem a cogitação de correspondência aos imperativos do tipo de sociedade para o qual caminha, aceleradamente, o mundo contemporâneo, a partir da revolução industrial. O ensino universitário, assim concebido, se torna, exclusivamente, instrumento de "status" e os alunos, ao buscarem nêle ingressar, visam, precipuamente, a conquista do diploma.

A legislação garantia esta forma institucional de universidade, assegurando privilégios e impedindo, em conseqüência, qualquer tentativa, em sentido profundo, sua reforma e reestruturação.

Quando, embora defasada no tempo, criou, enfim, o Brasil a Universidade, infelizmente, vinculou-a à forma prevalente no continente latino-americano.

De tal sorte, o modelo francês adotado por nossos vizinhos, com a agravante de jamais se terem instituído as academias científicas por êle previstas, representou, em nosso meio, um sistema transplantado, sem vinculação com as características que singularizam nosso País e com a realidade social a que deveria servir. A universidade tornou-se, assim, na precariedade de seus processos de ação, uma instituição reflexa, repetindo a ciência elaborada em outros contextos, sem a capacidade de adequação desses estoques de conhecimento às peculiaridades que são nossas.

E o sistema burocrático, de origem napoleônica, por absoluta desatualização de processos administrativos, evidenciou-se incapaz de dirigir e ordenar um universo que se tornou explosivo, pela multiplicação da demanda e pela crescente diversificação de seu campo de atividades. Convém ressaltar que, no dizer de RAYMOND ARON, a rigidez administrativa e a liberdade anárquica no interior dos quadros estabelecidos por reguimento, resultaram em se poder afirmar que, na França, não existe universidade, no verdadeiro sentido da expressão. É desoladoramente lastimável que, para um modelo arcaico de instituição, se tivesse voltado o Brasil ao, tão tardiamente, se decidir a criar a Universidade.

A própria evolução da estrutura de produção, a passagem da sociedade tipicamente agrícola para uma sociedade progressivamente industrial, abriu à Universidade latino-americana e, especificamente, à Universidade brasileira, a necessidade de se transformar.

O movimento de reforma universitária, a partir de Córdoba, foi o primeiro sintoma público da crise em que mergulhava a estrutura social da América Latina. Este aspecto do problema contém conotações de sentido político e está na origem das crescentes agitações estudantis, cuja justificativa se encontra no fato preliminar da universidade latino-americana não se ter ajustado ao dado novo de um mundo em mudança, tornando precária a sua tarefa.

Como bem o disse MEDINA ECHEVARRIA, "as questões que inquietam a vida latino-americana são, em grande parte, rigo-

rosamente técnicas, sujeitas, portanto, à análise racional do saber científico. Se as Universidades não as acolherem, cientificamente, em seu seio, permanecerão abandonadas e entregues às pressões emocionais e ao decisionismo míope de interesses particularistas”.

“Por isto, afirma êle, o futuro da América-Latina depende de que a Universidade seja ou não capaz de atuar cientificamente sôbre seu meio social, liderando as transformações inevitáveis, para canalizá-las, o mais racionalmente possível, por intermédio da ciência, da experiência histórica e do saber acumulado”. E sintetizando conclui: “Que a Universidade jamais renuncie, por apatia ou incompetência, ao seu poder espiritual”.

As formas ornamentais do conhecimento estigmatizam os povos subdesenvolvidos, impedindo-lhes a capacidade de análise objetiva e o encontro de soluções racionais, para cada problema dado.

O ensino ilustrativo e meramente erudito tem de ser superado, para que se possa relegar a formação literária e “bacharelesca”, sociologicamente ociosa, que impede o pensamento reflexivo e o exercício da função universitária, centrada sôbre o método científico, como instrumento básico de preparação de quadros conscientes. O sistema educativo não se pode reduzir a transmitir uma tradição cultural, mas a fazer recuar as fronteiras do desconhecido, para estar à altura de produzir competências reclamadas por uma sociedade essencialmente dinâmica.

Repentinamente, como disse SOLARI, as universidades latino-americanas foram chamadas a fazer ciência e a absorver, por salto, todo o cabedal científico-tecnológico da cultura contemporânea, sem a sedimentação de uma tradição.

A primeira consequência que se lhes apresenta é a necessidade de encontrarem fórmulas de adaptação de uma tecnologia pensada para outras realidades, procurando, ao mesmo tempo, respostas originais para problemas que nos são próprios.

Por outro lado, as Ciências Sociais representam enorme importância em sociedades transicionais como a nossa e o extraordinário desenvolvimento dessas ciências coloca-as em nível de progresso semelhante ao das ciências físicas. Isto é auspicioso e indica que, ao nosso País, compete um esforço

rigoroso para buscar atualizar-se à altura das novas concepções e teorias e das novas técnicas e métodos de investigação peculiares a essas ciências.

Acresce que, por condições especialíssimas de sentido geoeconômico e de formação antropológica, o Brasil exige de suas universidades uma função específica, que diz respeito ao sentido da unidade nacional, propiciando a homogeneização de uma cultura que nos caracterize e identifique como Nação e como povo.

O sentido de nacionalidade não exige o de regionalidade. Muito pelo contrário, dentro das particularidades de cada aspecto regional, porque realmente inseridas no meio a que devem servir, devem transformar-se em focos de lideranças autênticas, aptas a resolver problemas concretos, que se diversificam na vasta área do mapa nacional.

Porque não percebeu este aspecto de sua missão, a universidade brasileira se contentou, anodidamente, a repetir padrões, desinteressada em tornar-se um centro irradiador de cultura definida em função das singularidades do meio.

Permaneceu, assim, uma superestrutura, desvinculada de qualquer conceituação orgânica, voltada para a estreita visão do compromisso profissional e alheada, em consequência, dos verdadeiros interesses nacionais.

A simples agregação de faculdades, por lei ou por decreto, jamais propiciaria o surgimento de uma verdadeira universidade. Esta é a realidade brasileira. A universidade, entre nós, se constituiu como uma federação de entidades, vinculadas a estruturas arcaicas e representando, como instituição, um simples nominalismo. De tal sorte, já surgiu contestada.

Na universidade dividida em faculdades, extingue-se a principal fonte de seu desenvolvimento e eficiência, que coincide no incentivo à criatividade nos setores básicos do conhecimento. A estrutura das faculdades constituídas por cátedras, representando unidades organizacionais básicas do trabalho científico e didático, impede a organização moderna e flexível da atividade universitária e o aproveitamento máximo de equipamentos onerosos, através do seu uso múltiplo.

Por outra parte, a notória escassez de recursos teria que ser obviada por medidas de eficiência e maior produtividade, entre as quais a criação de unidades básicas, concentrando

equipamentos, professores e pesquisadores, colocados a serviço de todo o sistema.

A revisão de antigos conceitos, cuja progressiva deformação resultou em definitivamente descaracterizá-los, teria que ser feita, sob pena de se subordinar a intenção de reforma às reivindicações particularistas de privilégios, que não mais se manifestam apenas estéreis, porém, perniciosos. As faculdades, constituídas em feudos, contribuíram, de forma nociva, para acentuar a estrutura dissociativa, reunindo escolas justapostas, artificialmente subordinadas à ação administrativa da reitoria e rebeldes a qualquer sistema funcional, que pressupusesse um princípio integrador, suscetível de criar uma normatividade que propiciasse a implantação de uma estrutura acadêmica aberta e dinâmica, estimuladora dos circuitos de intercâmbio e da atividade interdisciplinar.

A rotina e os privilégios se constituíram em bastilhas de resistência. Há 30 anos, a universidade brasileira luta por se reformar. Mas tôdas as tentativas válidas de espíritos esclarecidos, na formulação de proposições plausíveis, se chocaram contra o muro de incompreensão e as táticas de desvirtuamento, marcando, apenas, etapas de uma tentativa inglória de romper preconceitos, mais sagazes e vigilantes no resguardo do "statu quo" do que a capacidade de argumentação e as provas evidenciais que indicavam o caminho de novas experiências, tôdas elas frustradas pela reação solerte ou contundente do mandarinato dominante. O privilégio não é nosso. KARL JASPERS esclarece que "as coletividades têm a tendência de defender os interesses pessoais de seus membros e, por receio de soluções que possam ultrapassá-los, se transformam em comandita voltada para a salvaguarda monolítica de sua mediocridade".

Por isto mesmo, a primeira e mais importante reforma de estrutura deve partir da denúncia de uma tal posição, pela constatação de que a atual formação universitária não é articulada e, de tal forma, não pode responder, com eficácia, às exigências diversificadas a que deve atender. Pois não há universidade, sem unidade, sem um sério propósito de análise e de síntese, sem um sistema, sem rigor, sem lógica, sem disciplina, sem autoridade e sem hierarquia.

Portanto, dentro de um sentido de adequação aos objetivos fundamentais de atualização de métodos e processos, tanto

no plano acadêmico, quanto no plano administrativo, qualquer proposição de reforma, para ser válida, deverá, liminarmente, rejeitar a tendência centrífuga até então prevalente, buscando, na finalidade precípua a que deve tender, evidenciar a dominante orgânica de uma instituição que "em seus fins, ação e direção deve apresentar-se, essencialmente, como um exemplo de unidade".

Com o desenvolvimento das ciências, na idade contemporânea, as profissões e as técnicas de trabalho atingiram especialização progressiva, de tal sorte que a formação profissional não esgota uma ciência exclusiva. A limitação, pois, das ciências às catedras, que constituem as faculdades, pulveriza e dispersa a atividade científica. Sobretudo porque a própria ciência, cada vez mais, se torna interdisciplinar e, mesmo, multidisciplinar. Não se trata de retirar das universidades a sua função de formação profissional. Mas de compreender que a verdadeira vida universitária gira em torno de núcleos de pesquisa fundamental e aplicada. A função dos diretores de cursos passa, assim, a ser, essencialmente, uma função de coordenação. Nos núcleos de pesquisa científica é que se realiza a finalidade acadêmica da universidade. Uma universidade ensina porque pesquisa. E é porque pesquisa que não se limita à simples transmissão da ciência. Mas à dinamização da ciência, com sentido projetivo e transformador. Por isto mesmo e para maior eficácia de ação, os institutos tradicionais cederam lugar a unidades agrupando disciplinas afins, com concentração de recursos humanos e de equipamento, cuja atividade não se restringe a limites estanques e diz respeito aos currículos dos diversos cursos da universidade. Estas unidades são os departamentos.

A educação para a sociedade industrial exige o domínio profundo dos campos básicos de cada ciência, em qualquer de seus ramos, quer sejam ciências físicas, sócio-econômicas, ou culturais, e uma grande versatilidade intelectual, que possibilite a capacidade de aplicação concreta de conhecimentos auferidos a objetivos reais.

A versatilidade se adquire através do treinamento adequado e se manifesta pela capacidade teórico-experimental de aplicar princípios básicos a casos concretos, numa gama imensa de variações. Tais características são específicas da ativi-

dade de investigação, que não se reduz à aquisição estática de conhecimentos, mas deve ser usada como instrumento de trabalho. Eis porque a pesquisa e seu método devem ser integrados como constitutivo essencial do próprio currículo e não apenas considerados como aditamento do curso.

O chamado "colonialismo tecnológico" tornou-se a mais avançada forma de domínio em nossos dias, de tal sorte que as nações tècnicamente desenvolvidas mantêm em condição reflexa os países incapazes do esforço necessário para a criação de recursos humanos, em número e qualidade, aptos a conduzirem o seu processo de libertação. A causação cumulativa torna-se um mecanismo multiplicador da capacidade de expansão das economias fortes, em detrimento daquelas que têm de importar patentes, concorrendo assim, para o crescente enriquecimento do capital alienígena.

Por isto, dizia JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES: "O brasileiro médio ainda não saiu do preconceito positivista do aprendizado para uma profissão. Se pretendermos deixar a nossa condição de povo consumidor de cultura elaborada alhures, para ser povo produtor de cultura, transformemos as universidades em centros de alta pesquisa, nos diversos ramos do saber." A libertação econômica nacional só será uma realidade, quando alcançarmos uma independência completa, baseada em nosso próprio espírito criador, em todos os campos do saber.

A universidade anquilosada em tórno de faculdades isoladas se manifesta desvinculada da realidade, insistindo no abuso de métodos que nos afastam, cada vez mais, de nossas urgentes necessidades.

"A criação de formas ornamentais do ensino, no dizer de JAIME ABREU, institucionalizadoras do conhecimento sociologicamente ocioso, ao que seriam necessidades básicas do desenvolvimento, sobrecarrega orçamentos com o preparo para ocupações simbólicas de indefinível qualificação, em relação ao exercício de atividades produtivas socialmente úteis, e alimenta, assim, formas de espoliação e parasitismo dos bens da comunidade".

LEOPOLDO CHIAPPO distingue a universidade tradicional, aqui denominada de universidade paleotípica, da universidade moderna, ou universidades neotípica.

A *universidade paleotípica* se caracteriza por uma estrutura acadêmica organizada por cátedras e por um sistema piradimal de administração. A rigidez dos currículos conduz a um ensino expositivo-verbalista, onde a assimilação reprodutora de sentido memorístico impede a integração do aprendizado com seu aspecto ativo. Não contém o sistema um ciclo básico de formação, que represente etapa de transição para a definitiva escolha de carreiras e orientação vocacional dos estudantes. O regime de seriação subordina-se a exames finais decisórios, sem a apreciação multidimensional do aproveitamento do educando.

A estrutura da *universidade neotípica* repousa sobre o departamento, definido como unidade funcional que congrega pesquisadores e professôres de disciplinas afins, os quais organizam planos conjuntos de investigação e exercem a tarefa docente com diferentes propósitos e em diversos níveis, servindo a tóda a universidade, como unidade integrada. O que resulta em se dever inferir que a fecundidade das células básicas supõe espontaneidade e proporcional autonomia, num clima de interação e de se espírito de equipe, estimulador da criatividade, no plano da pesquisa e motivador da participação de cada qual na solução de problemas recíprocos, favorecendo, de tal sorte, uma atmosfera que a todos permita sentirem-se, não apenas membros, mas, conjuntamente, responsáveis pela atuação e desenvolvimento da unidade. Esta atmosfera não pode prescindir, antes, deve também integrar os alunos, de forma que a tarefa comum represente um sentimento permanente de participação. Assim concebido, o departamento é uma estrutura dialogal por excelência e a própria autoridade que o dirige se deve distinguir por características de liderança, o que significa rejeição do aparato ornamental e autárquico que habitualmente é exigido, como sinal de poder, pelos detentores de cátedras.

Mas, para que estas unidades constitutivas possam merecer o conceito de departamento, devem funcionar em plena carga, com uma suficiente massa crítica de pessoal, em tempo integral. Neste sentido, o professor horista é um mal a ser, progressivamente, eliminado. Bem como o pressuposto de que se possam dispensar a melhor competência e a qualificação e atualização permanentes, no exercício do magistério. A "carrei-

ra docente" deve exigir, conseqüentemente, estágio probatório inicial e qualificação acadêmica continuada, em seqüência e ascensão, além de comprovação de produtividade nas respectivas funções.

Os currículos refletirão o princípio da flexibilidade, em três aspectos fundamentais: a estruturação, a duração e a aplicação. Ou seja, flexíveis quanto à estruturação, porque, num mundo por excelência em mudança, não se devem subordinar à rigidez das simples carreiras existentes, porém, serem suscetíveis de permitir aos graduados a liberdade de adequação, em sua vida profissional, a tipos de atividades afins, propiciando, inclusive, aos alunos, a preparação cultural desinteressada, se, porventura o exigirem as suas preferências. Flexíveis quanto à duração, pela substituição do regime de seriação pelo regime de créditos, o que propicia aos alunos a faculdade de se tornarem árbitros da realização de seus cursos, em prazo menor ou maior. E, por fim, flexíveis quanto à aplicação, porque, constituindo-se de disciplinas eletivas e facultativas, ao lado das legalmente obrigatórias, asseguram a plena participação dos interessados na escolha das opções, para complemento cultural de sua formação. As atividades extracurriculares completariam a gama necessária para oferecer aos educandos esclarecimentos sobre problemas de seu interesse, criando, através de mútiplas iniciativas (artísticas, literárias ou culturais, em amplo sentido) oportunidade para o convívio, para o debate, para a participação vivida em assuntos e temas de sua livre escolha.

O sistema de avaliação múltipla do rendimento dos alunos deve substituir as simples provas e exames finais. O ideal seria que pudesse tal sistema ser acompanhado por um processo paralelo de avaliação crítica do ensino recebido, através de inquéritos tènicamente elaborados, visando levantar a opinião dos alunos.

Os serviços de aconselhamento e orientação completariam o processo acadêmico, não descurando que, em qualquer de seus planos, a educação supõe pedagogia, embora em nível universitário, só se realize em plenitude, quando se possa definir como uma "paideia".

Salienta o Professor CHIAPPO que as diferenças dos dois tipos mencionados de estrutura se manifestam, singularmente.

no comportamento dos alunos. Na universidade paleotípica, o estudante desenvolve uma conduta individualista, propensa à massificação, que se caracteriza por uma atitude indiferente ou frustrâneo-agressiva, ou seja, submissa ou rebelde e simultaneamente derrotista e indisciplinada, desordenada, desarticulada e passiva.

Na universidade neotípica, a seu ver, a tendência é tornar o comportamento estudantil autodisciplinado, ativo, cooperante, em função de motivações cooperativas e construtivas. A ordem e a integração geram o sentido de responsabilidade e a capacidade de respeito, o espírito de iniciativa e o entusiasmo, permitindo a constatação de padrões ótimos de conduta, por força de uma estrutura educativa estimuladora das virtudes naturais do homem, na idade juvenil.

“Para os jovens de nosso tempo, explicita CHIAPPO, não resultam a simples formalística do mandato, a regra e a sujeição coativa. Exigem compreensão e o estímulo que brota da autoridade genuína. Para uma juventude desafiada por uma realidade social questionável e que entende deva ser contestada, a impaciência e a urgência de mudar as coisas criam-lhe um estado de ânimo que só admitirá a disciplina como lei imanente, resultante da compreensão da necessidade do limite e da ordem, como princípios de eficácia, na luta por um ideal de vida, no qual acredita e o qual respeita. Cumpre à universidade canalizar, orgânicamente, e assumir este ideal, emprestando-lhe um sentido positivo e criador”.

No governo da universidade, o sistema autárquico-vertical elimina a participação. Mas o pressuposto de que se deva garantir, nos conselhos, um número de votos aos alunos, que os coloque numa posição de poder competir, para pressionar decisões, representa a ruptura da estrutura hierárquica da universidade. Admitir-se a introdução do princípio dialético dentro da universidade seria permitir a tautologia de se considerar como “classes” conflitantes os professores e alunos. Não é a dialética, é o diálogo, na fecundidade de todas as suas implicações, que pode permitir o surgimento do espírito universitário, ou seja, a compreensão e o sentimento de que se participa de uma mesma família do espírito, de que se busca um mesmo fim e de que a universidade, sendo a casa da inteligência, só poderá contribuir para o esclarecimento

de problemas, utilizando métodos racionais, pela aplicação da reflexão a cada circunstância dada, pela capacidade de investigar a verdade, de perquirir e de propor soluções plausíveis.

A representação, princípio de que se tornou pioneira a América Latina, não se deve tampouco permitir o prurido de pretender significar o jôgo político de maioria e minoria. Se o corpo docente e o corpo discente não são "classes", também não são partidos. São membros de um mesmo organismo, cuja vitalidade, de uns e de outros, depende, supondo, de todos, em conjunto, participação integrada. Assim sendo, a representação deve significar a contribuição indistinta num esforço comum, firmado no desinterêsse individual encarado como norma e tendo como objetivo o maior bem e o desenvolvimento harmonioso da instituição universitária, através a inteligência comum de problemas e a procura, em conjunto, de soluções desejáveis, que possam traduzir as reais aspirações do corpo universitário inteiro.

Quando, muita vez, descreem, quando, tantas vêzes, se permitem suspicácia, seria desejável que os nossos alunos conhecessem a palavra de SCHELLING, ao inaugurar seu curso de Filosofia, na Universidade de Berlim: "o professor pode muito, sem dúvida; mas não pode nada sem os seus alunos". Porque o ensino é essencialmente, diálogo. E deixa de existir, quando não há confrontação. Útil se apresenta também o testemunho de MAX WEBER de que 'a principal tarefa do professor é de ensinar a seus alunos a reconhecerem a existência de fatos inconfortáveis, ou seja, de fatos desagradáveis a certas opiniões unipessoais". O hábito de admitir a evidência, que se comprova pela demonstração, não é uma virtude exclusivamente intelectual, é uma virtude moral, já que a razão prática, no seu pleno exercício, se deve subordinar às luzes que lhe infunde a razão especulativa.

A universidade contemporânea não se destina mais a formar a elite intelectual de uma sociedade aristocrática ou burguesa, mas os quadros de um país em plena expansão demográfica e que luta pelo desenvolvimento. Todo método que aumente a participação ativa do estudante em sua própria formação é louvável. O diálogo horizontal e o diálogo vertical devem se integralizar, numa mesma perspectiva. Mas

este diálogo, que é a própria vida da universidade, só será fecundo se se fundamentar sobre a probidade, que se define, essencialmente, como a recusa, na ordem intelectual, de critérios particularistas, para colocar a verdade num plano exclusivo de objetividade pura.

A concepção orgânica de universidade supõe, de outra parte, a criação de setores intermediários, abrangendo áreas de conhecimento, capazes de articular a atividade interdepartamental, garantindo a flexibilidade e plena utilização de seus recursos.

Os departamentos, nesta concepção de estrutura, são os órgãos-fim da universidade, nos quais se realiza sua própria razão de ser, ou seja, a vida acadêmica. Todos os demais são órgãos-meio, instrumentos da efetividade de sua ação.

Por isto mesmo, para que a vida acadêmica se possa desenvolver em termos compatíveis, é mister não descuidar o aspecto administrativo, que supõe organização atualizada e capacidade operacional indispensável à produtividade do potencial disponível e à correta aplicação de recursos.

Se concebermos a administração como um sistema coerente de tomada de decisões, não se poderá prescindir dos instrumentos necessários à segurança na escolha de alternativas, através a formulação racional de programação tecnicamente elaborada e representativa das aspirações e da participação global da universidade, de modo a se estabelecerem as bases e condições de seu desenvolvimento integrado. O princípio de planejamento requer meios de ação capazes de prever e de prover, permitindo a racionalização do uso dos elementos de que dispõe, ou deva dispor, a instituição, em vista da consecução de seus fins. O desenvolvimento de qualquer instituição universitária deve obedecer a uma política, traçada por órgãos competentes e traduzida, de forma orgânica, pelo Plano Diretor.

A rejeição de empirismos é a preliminar de garantia do melhor emprêgo dos recursos humanos, físicos e financeiros. O orçamento-programa tenderá a se desenvolver em orçamento plurienais, que representem a tradução de um projeto a ser cumprido, com segurança e objetividade, acompanhado por técnicas de análise suscetíveis de adequá-lo, permanentemente, a condições conjunturais.

dade restrita para um novo tipo de democracia, que represente a aplicação de um novo humanismo, em que a dignidade do homem encontre sua plena definição. Nesta empresa, a elaboração de novos sistemas de pensamento e a utilização de conhecimentos novos representariam, talvez, a mais bela forma de amor do próximo, deste próximo a quem devemos permitir a vida e proporcionar a dignidade”.

Não caberia aqui analisar o processo da civilização materialista e as disparidades que provocou, levando a questão social, do simples desnível de situação entre indivíduos e classes, dentro de um exclusivo limite territorial, à consciência do descompasso, por muitos aspectos cruel, e da divisão da humanidade entre nações ricas e nações proletárias. A parcela maior da população do globo tomou, gradativamente, a consciência de sua realidade, em termos de subprivilegio. E a expressão “Terceiro Mundo”, preta de sentido, assumiu conotação que subentende, inclusive, situações potencialmente explosivas. No próprio pensamento de ALFRED SAUVY, seu criador, estas possibilidades manifestam-se evidentes, já que o conceito surgiu por analogia com o clássico alerta de SIEYÈS. “Qu'est-ce que le Tiers Etat? Rien. Qu'est-ce qu'il peut devenir? Tout”.

Num mundo em transformação, num mundo em crise, em que se encontram desafiadas estruturas e instituições, há que se pensar problemas, com objetividade necessária, não descurando jamais que as fórmulas pretéritas esgotaram a sua fecundidade e estão definitivamente ultrapassadas. E que, em quaisquer dimensões em que se aplique ou se deva aplicar a noção plena de responsabilidade, ter-se-á de partir de uma posição prospectiva e projetiva, suscetível de, através os dados transientes do presente, determinar as coordenadas e definir soluções autênticas, únicas capazes de emprestar validade à intenção de cooperação eficaz de indivíduos e instituições.

A tomada de consciência do processo de desenvolvimento, na área em que estamos inseridos, é função da universidade. Neste sentido, deve responder às exigências da sociedade como um todo, e não como um exclusivo setor.

Para que o nosso País possa alcançar, em plenitude, a sua identidade, é preciso que nossas universidades não se fur-

tem ao desafio que lhes está sendo lançado. Mais ciosas de suas responsabilidades do que de suas prerrogativas, ou seja, usando estas para melhor servir aquelas, se disponham a assumir, integralmente, a missão orientadora que lhes compete.

A crise da educação resultou numa crise de autoridade, que seria ocioso elidir. Exige reforma e exige liderança. Não se pode resolver por ações tópicas. Requer medidas de sentido global, compreendendo estratégia conscientemente elaborada e táticas pertinentes. Exige, em cada nível, competências capacitadas a enfrentar um conjunto de problemas que se tornaram explosivos, com respeitabilidade e acuidade indispensável à segurança de ação.

Supõe espírito público e sentimento de grandeza nacional. O futuro do Brasil está à mercê do critério e da determinação com que todos, indistintamente, governantes e governados, se disponham, com lealdade, a contribuir para a análise de soluções que propiciem à Nação o encontro de seu verdadeiro destino. Esta tarefa requer desprendimento e lucidez. Por isto mesmo, será a medida do senso de responsabilidade desta geração e da compreensão de que, num mundo em mudança e numa sociedade em transição, só a educação poderá permitir a formação responsável dos cidadãos, para que, no tipo de democracia que buscamos e que deve ser o fruto de nossas mais legítimas aspirações, o civismo possa representar, pelo encontro da justiça com a liberdade, na feliz definição de PIERRE-HENRI SIMON "a adesão da consciência individual e coletiva à ordem da Cidade".